

FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO OFICIAL

Ten Cel Av CARLOS ALBERTO PAIVA

“Mais importante que a quantidade dos meios é a qualidade das mentes, pois o pensar comanda o fazer.”

Ten Brig do Ar R/R DÉLIO J. DE MATTOS

A complexidade de desenvolver e empregar uma Força Aérea, em um quadro de restrições, impõe a necessidade de elevada capacitação do seu quadro de dirigentes, pois à medida em que foi dada às Forças Armadas a responsabilidade pelo desenvolvimento e uso de vastos recursos científicos, tecnológicos, humanos e materiais, a necessidade de talento administrativo e operacional especializado tornou-se cada vez mais acentuada.

É necessário que os oficiais sejam treinados e educados, cuidadosa e integralmente, de modo a desenvolverem hábitos de raciocínio e de pesquisa que os tornem irremediavelmente curiosos sobre a profissão e sobre o seu aperfeiçoamento.

O adestramento, o ensino e a instrução devem ser encarados como atividades de relevância por todos os oficiais. Não devem ser vistos como atividades secundárias, pois como disse Horácio: “um homem sábio, em tempo de paz, prepara-se para a guerra.”

A educação militar constitui-se em uma aquisição sistemática de conhecimentos teóricos, aplicados no variado espectro peculiar à profissão militar. Deve, também, proporcionar o conhecimento e o entendimento das

questões contemporâneas, necessárias aos líderes militares de amanhã.

Este processo se consubstancia através da formação e do aperfeiçoamento dos oficiais, com contínua e progressiva incrementação de conhecimentos, constantemente atualizados e injetados ao longo da carreira, através do sistema de ensino.

Nota-se, com isto, que o oficial, desde a sua formação até atingir o generalato, deve ser acompanhado e orientado, de modo a assimilar e a desenvolver conhecimentos básicos, de âmbito geral e profissional, tutelado pela Força Aérea, à luz das suas grandes necessidades. Não é possível descurar-se disto, sob pena de haver grande dispersão de potencialidades intelectuais, que buscarão áreas de conhecimento próprio, para atender a aspirações particulares.

Dito isto, é bom que se alinhavam alguns pronunciamentos transmitidos nas mais diversas épocas, por vários oficiais dos mais diversos postos, ligados ou não à Força Aérea, a fim de demonstrar que a busca de medidas para solucionar o problema de ensino deve constituir-se em uma preocupação permanente, sob pena de ficarmos sujeitos a que “nossas lutas sejam feitas pelos tolos e os nossos pensamentos feitos pelos covardes”, como pressagiu o Ten Brig F. Michael Rogers.

Em 1972, na ECEMAR, o Comando-Geral do Pessoal realizou uma conferência, ressaltando a profissionalização dos efetivos, como “um processo evolutivo, pelo qual, a partir do recrutamento e seleção, os militares

recebem, através de instrução formal, ou nas próprias funções exercidas, a preparação necessária ao desempenho das suas atividades. Tal preparação visa a manter padrões grupais compatíveis com as exigências técnico-profissionais da Organização. A profissionalização deve estimular, também, os oficiais e praças a buscarem, dentro de suas motivações e interesses, a ampliação da sua cultura geral, humanística ou técnica, considerando que a projeção da Aeronáutica, nesse sentido, é função direta da qualidade dos seus integrantes”.

Neste pronunciamento, nota-se que a política de pessoal cuidou de fixar o objetivo a ser atingido pelo ensino no Ministério da Aeronáutica. Estava definido o “o que fazer”.

Observa-se, sete anos após, na Estratégia de Pessoal, a perfeita sintonia com a Política que vinha sendo mantida, ao analisarmos a DIPLAN 79-01: as linhas mestras de pessoal, na área de ensino, fixadas na Diretriz de Planejamento, 79-01, diziam que deviam ser estabelecidos “processos que possibilitem a constante elevação do nível profissional do pessoal”. Mais adiante, enfatiza a necessidade de “especialização ao longo da carreira, quer dos oficiais, quer dos graduados, pelo estabelecimento de cursos e estágios de curta duração, da mesma forma como são tratados os assuntos SIPAER, Informações e Informática”.

O fim a ser atingido estava determinado e o “como fazer”, delineado.

Até aí, tudo ficara bem definido de forma simples, clara, e aceita por todos os articulistas. Faltava, entretanto, estabelecer a tática a ser empregada de modo a atingir o nível de profissionalização fixado pela política.

Este pormenor, do qual dependeria o êxito da “Política de Ensino”, passou a constituir-se na grande interrogação: no campo de batalha, as possibilidades do inimigo ditam a postura de manobra para superá-lo, mas, no ensino, a conduta depende do que desejamos atingir em cada nível.

Aí começaram os questionamentos:

- O que se pretende do tenente, do

capitão, do major, do tenente-coronel e do coronel?

- Qual deve ser o fluxo de carreira para o oficial?

- O que deve ser ministrado em cada etapa da carreira?

- Será que o modelo usado para o aperfeiçoamento dos oficiais assegura um conhecimento geral e profissional adequado?

- O que deverá ser exigido do treinamento e da educação dos oficiais no futuro?

- O que ensinar, de modo a que se trabalhe de forma mais inteligente?

- Quando deve o militar adquirir o conhecimento necessário para o desempenho de determinadas funções? Será possível que esse conhecimento seja adquirido, apenas, nas três vezes em que os oficiais freqüentam as Escolas de Aperfeiçoamento e de Comando e Estado-Maior? Será que, realmente, essa freqüência é suficiente para outorgar ao oficial a competência desejada, independentemente da experiência acumulada?

- Enfim, os oficiais estão sendo adequadamente preparados para as funções que deverão exercer?

A relevância dessas perguntas é plenamente creditada diante do adágio de que “é na mente de cada soldado que as guerras são ganhas ou perdidas”. Decorre daí a grande dúvida quanto a como preparar os oficiais para que enfrentem a multiplicidade de problemas que a vida castrense lhes impõe. Não há dúvidas, contudo, de que a capacidade de agir será influenciada pelo grau de conhecimento adquirido e pelo preparo que lhes tiver sido assegurado.

É preciso, desse modo, que oficiais sejam preparados para aplicar o conhecimento, exercer seu julgamento e assumir uma liderança responsável. Esse papel cabe a todos os oficiais, não sendo prerrogativa de privilegiados. Na busca dessa conquista, a Força Aérea deve perseverar, de modo a compor a massa intelectual compatível com as exigências de uma profissão dinâmica por excelência.

Em 1978, o Major-Aviador José Maria Ribeiro Mendes, fazendo um juízo sobre a "Cultura Militar no Brasil", publicado na revista da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica, apresentou as seguintes idéias:

- O militar não é preparado para enfrentar as diversas correntes de idéias que emergem.

- Os oficiais jovens não encontram tempo para um aprofundamento em questões que os envolvem constantemente e que abalam a sua educação predominantemente civil.

- Os problemas de segurança nacional agigantam-se a tal ponto, que somente um acompanhamento constante deixará lastro para um futuro entendimento razoável e salutar nos postos mais elevados.

Para acentuar a nota grave que vai no fundo dessas preocupações, alinham-se as palavras proferidas pelo então Coronel-Aviador Murilo Santos, em 9 de fevereiro de 1979, ao passar o comando da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica. Dizia ele: "O que bem caracteriza nossos alunos é a demonstração de uma incerteza quanto ao seu valor profissional, a presença de certa dose de insegurança diante da Força e uma perceptível falta de confiança nos objetivos, resultados do longo e delicado processo de avaliação de seus méritos pessoais".

Atesta, logo após, a grande tarefa de a Escola "conduzir seus alunos para uma postura profissional projetada a uma Força Aérea do ano 2000". Justifica, afirmando que os "atuais tenentes e capitães já serão nossos chefes supremos no fim deste século".

Essa projeção de futuro, do atual Major-Brigadeiro Murilo Santos, sem dúvida dimensiona a real preocupação que deve nortear os planejadores da Força Aérea Brasileira, para garantir às gerações futuras a posição que lhes caberá no concerto das grandes potências.

Alicerçando essas preocupações, ainda, em 1979, o Tenente-Coronel Aviator Hermes Moreira, no seu artigo "Curso de Tá-

tica. Quando? Onde?", diz que "nós sentimos a necessidade de saber, de modo coerente, o que se deseja realmente do cadete, do aspirante, do tenente, do capitão e dos oficiais superiores". Como solução propõe que seja realizado "um trabalho profundo de pesquisa por parte de um órgão que seja responsável por tais respostas".

Vê-se que suas apreensões extrapolavam o âmbito da EAOAR, como também o seu próprio tempo presente: era mais uma visão futurista.

No "Programa de Trabalho Anual", do Ministério da Aeronáutica, para 1982, está prescrito que "em todas as Organizações Militares do Ministério da Aeronáutica, obrigatoriamente, a instrução terrestre para o pessoal militar deverá abranger a apresentação de assuntos que, nos diversos níveis hierárquicos, possam contribuir para desenvolver o conhecimento geral".

Identifica-se, nesse programa, que o conhecimento geral constou, tacitamente, como uma conquista a ser buscada, nas respectivas Unidades, sob a direção, a coordenação e o controle da própria Força Aérea, através dos respectivos comandantes. Não seria, apenas, uma responsabilidade individual, mas uma responsabilidade da própria Organização em determinar o que deveria ser aprendido no campo geral do conhecimento.

Em 1982, o comandante da EAOAR, Cel Av Flávio Távora Pinho, tratando da "Sistemática de Educação do Oficial da Aeronáutica", mostra que a conhecida assertiva de que "o homem é importante pelo que tem em sua mente e pelo uso que dela faz" terá maior validade se for aumentada a educação e o treinamento do mesmo. E sugere que "isto poderá ser constatado quando da efetivação da UNIFA".

Ao lado desses dilemas, apresentando algumas soluções, o Ten Brig João Soares Nunes, Diretor-Geral do Departamento de Ensino, ao proferir a aula inaugural da ECEMAR, em 1986, sob o título "Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais", questionou quanto às características desejáveis e as potencialidades

que devem ser estimuladas nos oficiais. Perguntou sobre qual deveria ser "o perfil do oficial que a Academia da Força Aérea deve produzir", sugerindo algumas idéias que julgou não esgotarem o assunto. E ainda, na hipótese de serem aceitas as linhas mestras do perfil por ele apresentado, disse que surgiria a dúvida de "como vamos produzir oficiais com estas características?".

Finalmente, o Órgão central de Ensino buscara definir o perfil do oficial almejado por tantos que questionam o ensino na Força Aérea. Não obstante, ainda não fora a solução para as aspirações: permaneceu a incerteza.

Essas são apenas algumas das muitas preocupações que existem sobre o assunto que, alinhavadas, demonstram a grande dificuldade que tem sido encontrada para identificar uma "fórmula" para o preparo do oficial, de modo a dar-lhe o embasamento cultural que lhe permita administrar o Poder Aeroespacial.

Vimos que a conquista do conhecimento, a par do interesse pessoal e do autodidatismo, deve ser uma preocupação da própria Força, que estabelecerá os campos do saber que lhe interessam, coordenando as ações para aquela conquista. Desse modo, serão restringidos os interesses pessoais para que prevaleçam os interesses da própria Instituição.

Todo esse esforço e toda essa preocupação visam ao oficial, por ser ele o fulcro de todo o pensamento criativo e inovador que dará nova dimensão à Organização.

O oficial é uma mescla de líder, administrador e profissional. É a soma do conhecimento técnico, da experiência prática, dos valores institucionais únicos, das condições do meio-ambiente externo e interno e do comportamento prático.

O oficial deve cultivar uma compreensão ampla dos assuntos nacionais e internacionais, deve educar-se em assuntos políticos e militares e possuir habilidades administrativas e técnicas.

A eficácia dos oficiais e as oportunidades de sucesso dependerão essencialmente de

três áreas: a do caráter, a do conhecimento e das habilidades, além da capacidade de análise e decisão na área militar.

Deverá ser hábil para desenvolver planos corretos e exequíveis, particularmente de feições inéditas e não-tradicionais.

Deverá estar apto para enfrentar, em todos os escalões, os desafios das novas idéias e da tecnologia, como alertou o General-de-Exército Castelo Branco. Portanto, o crescimento da Força Aérea será limitado na razão direta da sua capacidade de preparar e treinar oficiais competentes que possam planejar o seu futuro. Assim, como investimos em armas, que acreditamos melhorarão a capacidade do cumprimento da missão, devemos investir no homem que a planejará. Tudo decorre da Projeção do "Poder Real". Se não dermos ao homem a devida atenção, tudo o mais não terá sentido.

Como decorrência do exposto, podemos inferir que o oficial deve ser revitalizado em sua bagagem cultural, a fim de manter-se atualizado com o progresso tecnológico, com os requisitos operacionais da Força Aérea e com o desdobramento da conjuntura nacional e internacional, de modo que seja capacitado a conduzir e manter os sistemas de armas e equipamentos aeronáuticos, planejar o seu preparo e emprego e participar efetivamente da elite nacional.

Assim, identificamos a necessidade de que a Força Aérea estabeleça o que deseja do oficial, para que possa obter dele dedicação sem limites em face do perfeito entendimento da missão. Isso será conquistado através de um adequado sistema de formação e aperfeiçoamento contínuo, que traçará as metas a serem atingidas.

Essa será uma contribuição fundamental para a plena participação do oficial no contexto da Força Aérea.

Quanto mais consciente e crível for o sistema de ensino, maior será o valor do oficial e a sua capacidade de buscar soluções para os desvios que retardam a evolução da Força Aérea. ■